

PROGRAMA DE MEDIADORES CULTURAIS "A escola indígena necessária"

Maria do Carmo Barcellos

Desafios

As ameaças crescentes à governança territorial indígena baseadas nos modelos desenvolvimentistas da sociedade moderna, que desconsideram as percepções e saberes tradicionais dos povos originários, colocam constantemente em risco a integridade dos territórios indígenas. Práticas ilegais e predatórias como as explorações madeireira, de mineração e de caça e pesca na região amazônica fazem parte do grande rol dessas pressões, assim como arrendamentos de terras para o desenvolvimento de atividades pastoris. Os territórios indígenas são alvos preferenciais para o desenvolvimento de tais atividades considerando a fragilidade dos povos indígenas na sua busca para suprir as necessidades impostas após o contato com a sociedade envolvente, o que os leva à condição de reféns desses modelos nefastos de desenvolvimento.

Escola indígena e autonomia

A escola indígena é um espaço institucional privilegiado, como única instituição do estado presente em todas as comunidades, não importando a distância em que estejam localizadas. Os professores indígenas são remunerados pelo estado, de tal forma que o programa deve investir apenas na sua formação e em materiais didáticos/pedagógicos inovadores. A escola indígena trabalha com jovens em momentos especialmente importantes para seu desenvolvimento como seres humanos. Além disso, essa escola necessita incorporar nas suas práticas cotidianas os conteúdos locais e no caso dos professores indígenas, de encontrar formas práticas de ensino aprendizagem inspiradas no diálogo entre conhecimento da ciência ocidental e dos saberes tradicionais. As famílias indígenas valorizam a escola e isso permite que o aprendizado dos jovens tenha incidência sobre suas comunidades.

Nessa perspectiva o Programa de Mediadores Culturais (PMC) busca fortalecer as capacidades das escolas indígenas nos temas que envolvem a governança territorial através da valorização da mediação cultural (diálogo de saberes). Os jovens em idade escolar, imediatos gestores de seus territórios, precisam estar preparados para os desafios futuros da governança territorial, considerando a pressão violenta a que esses territórios são e serão submetidos.

O programa pretende então, em uma visão de futuro, preparar os jovens em idade escolar a conhecerem e refletirem de maneira crítica sobre a realidade de seus territórios, com suas fortalezas e riscos, em busca de soluções que favoreçam sua integridade física, cultural e econômica. Pretende ainda formar professores no exercício efetivo do diálogo de saberes e



na construção de um currículo que incorpore a interculturalidade e a interdisciplinaridade, inserindo conteúdos da governança territorial, especialmente no contexto das disciplinas de ciências da natureza e ciências humanas com projetos formativos transversais.

Caminhos abertos na América Latina

O PMC vem sendo implementado pela Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends em territórios indígenas do Brasil. Em iniciativas piloto vem sendo desenvolvido na Colômbia, no departamentos de Caquetá, Guanía e Amazonas pela OPIAC (Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana), e no México na região de Chiapas, pela Pronatura Sur. No segundo semestre de 2015 essas iniciativas começaram a intercambiar suas idéias e experiências e em 2018 se reuniram em San Cristóbal de Las Casas, com a finalidade de sistematizar o processo de Formação de mediadores culturais, buscando fortalecer o Programa, intercambiar experiências e traçar caminhos para o futuro. Os resultados desse encontro deram origem a um material escrito que reconstrói as experiências e aprendizagens de cada iniciativa e propõe de forma consensuada os rumos futuros para o PMC.

Dessa maneira o PMC, respeitadas as especificidades de cada país, tem como objetivo principal desenvolver ações que fortaleçam as capacidades das escolas indígenas na perspectiva do desenvolvimento de capacidades e habilidades em crianças e jovens para a proteção de seus territórios (entendendo território na sua integralidade) e enfrentamento dos desafios futuros da governança territorial.

Como ações específicas para atingir essa finalidade o PMC:

- promove a formação de professores para atuarem em sala de aula na ótica da mediação cultural em temas e conteúdos que remetam à governança territorial em uma abordagem que promova o diálogo de saberes nos eixos temáticos das mudanças climáticas, florestas e governança territorial;
- promove a criação de suportes pedagógicos (materiais) que valorizem a percepção e
 os conhecimentos tradicionais em temas relacionados às mudanças climáticas,
 florestas e governança territorial para serem utilizados em sala de aula e facilitarem
 o processo de ensino aprendizagem das crianças e jovens indígenas em idade escolar;
- promove o desenvolvimento de metodologias próprias, adaptadas à cosmovisão e às dinâmicas socioculturais de cada povo, possibilitando a máxima utilização dos suportes pedagógicos produzidos, com a realização de oficinas de metodologias específicas para cada povo;



- busca a parceria e participação ativa dos órgãos responsáveis pela educação escolar indígena, à nível local, estadual e nacional visando a institucionalização da inserção dos temas e conteúdos trabalhados na formação dos professores e materiais produzidos no decorrer do processo na grade curricular básica das escolas indígenas via PPPs (Projetos Político Pedagógicos) e processos análogos.
- Busca fortalecer os laços entre experiências afins.

Dessa forma, no Brasil o PMC realizou diversas reuniões para apresentação do Programa e integração com os setores de Educação Escolar Indígena de cinco diferentes municípios (Cacoal, Pimenta Bueno, Ji Paraná, Espigão D'Oeste e Alta Floresta) e coordenação estadual (Porto Velho); tres oficinas para 35 professores indígenas de oito diferentes povos e sete diferentes territórios no estado de Rondônia (T.I. Zoró (povo Zoró), T.I. Igarapé Lourdes (povos Arara e Gavião), T.I. Roosevelt (povo Cinta Larga), T.I. Sete de Setembro (povo Paiter Suruí), T.I. Rio São Pedro (povo Aikanã-Kwazá), T.I. Rio Meguéns (povo Sakirabiar), T.I. Rio Branco (remanescentes de 9 povos indígenas); produziu um manual para formação de professores indígenas nas temáticas apresentadas também para serem utilizadas no Ensino Médio com livro de atividades, sete livros como suportes pedagógicos específicos para sete diferentes povos indígenas para serem utilizados em sala de aula; duas cartilhas para escolas Katukina e Yawanawá no Acre. Atualmente trabalha na criação de um jogo pedagógico e realiza entrega das publicações com a participação da comunidade e oficinas de metodologias nas diferentes escolas dos diferentes territórios com a participação das CREs (Coordenações regionais de Educação Escolar Indígena), de todos os professores indígenas e não indígenas que atuam diretamente nessas escolas para maximização da utilização dos materiais produzidos com abordagens para séries iniciais do Ensino Fundamental e envolvimento da comunidade nos processos escolares.

Na Colômbia foram realizadas três oficinas com autoridades locais para articulação do PMC com o PEC (Projeto Educativo Comunitário) em Caquetá, Guainia e Amazonas e foram publicados materiais didáticos respectivos para cada região baseados na ancestralidade e oralidade para o equilíbrio e conservação territorial, incluindo a produção de um caderno viajante no território Azicatch com representação de 22 comunidades.

No México foi realizado um diagnóstico com diversas lideranças comunitárias, de onde emergiu a necessidade de desenvolver um vinculo entre a comunidade e a escola e foram realizadas quatro oficinas participativas nas quais os professores vivenciavam atividades e desenvolviam maneiras de replicá-las em sala de aula e que posteriormente foram aplicadas nas escolas.



Perspectivas futuras

Para os próximos três anos o PMC pretende formar 80 professores indígenas como mediadores culturais em oito territórios indígenas no Brasil, Colômbia, Equador e Peru, replicando em outros contextos os processos de formação de mediadores culturais e ampliando o processo para diferentes níveis educativos com acompanhamento e seguimento dos processos. Buscará promover intercâmbios de mediadores culturais locais, territoriais e nacionais e um Encontro Latino Americano de Mediadores Culturais. Pretende divulgar de forma ampla a sistematização dos processos como parte de uma estratégia de incidência em políticas públicas. Buscará sensibilizar outras instâncias governamentais ligadas à educação escolar de povos indígenas em reuniões programadas para a apresentação do PMC e materiais produzidos. Buscará ainda planejar ações participativas de empoderamento de professores para incidirem na construção dos projetos político pedagógicos das escolas indígenas e em encontros ordinários de professores e outros espaços político pedagógicos e participar e promover o lançamento de materiais didáticos do PMC em eventos nacionais e internacionais de grande visibilidade.

Como expectativa de resultados quantitativos o monitoramento poderá ser medido pelo número de professores formados e capazes de promover o diálogo intercultural em sala de aula utilizando os materiais produzidos; o número de escolas que efetivamente utilizam os materiais e em cujos PPPs a proposta esteja inserida; a quantidade e qualidade de materiais publicados e utilizados e o número de alunos alcançados pelo programa.

Em termos qualitativos espera-se que quando as crianças e adolescentes beneficiários do processo forem os responsáveis pelas tomadas de decisão sobre os destinos de seus territórios, estejam aptos a faze-lo de forma consciente e acertada. No tempo mais imediato, ao longo dos processos escolares, esses jovens estarão incidindo positivamente em suas comunidades, considerando que de maneira geral as famílias indígenas respeitam e valorizam o trabalho das escolas.